O Tenente - Coronel Pedro José da Costa Barros(*)

LUCAS ALEXANDRE BOITEUX.

Como Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, no curto periodo de 15 a 19 de Novembro de 1823, encontramos o Tenente-Coronel Pedro José da Costa Barros.

Quatro dias, apenas, a gerir uma importante pasta e em momento de grave agitação politica!... Que poderia ter realizado de util e vantajoso em beneficio da nobre corporação do botão d'ancora, elle que tambem, de certo modo, á classe se achava ligado pelo uniforme de Artilharia de Marinha, em tão mesquinho lapso de tempo, mesmo como é de suppor-se, demonstrasse notavel proficiencia e a melhor boa vontade em servil-a? Nada, positivamente!... Resumira-se sua acção, mui naturalmente, á assignatura de um expediente massudo, talvez banal.

Fôra, apenas o élo provisorio applicado á cadeia administrativa para que nella não houvesse solução de continuidade.

Em todo caso, como foi titular da pasta e brasileiro de relativo merecimento, pois occupou com destaque varios cargos de nomeação e de eleição, não podemos deixar de algo dizer de sua agitada vida publica, como temos feito aliás, com penna canhestra e uma talvez forte mas mui necessaria severidade, de seus illustres antecessores. Nós brasileiros, no geral, aos mortos, após a piedosa pá de cal e o **requiescat in**

(*) Do trabalho intitulado "Ministros da Marinha".

pace, abandonamos ao completo olvido, com receio de profanar-lhes as cinzas. Devendo ser, no entanto, a Historia a mestra e a bussola da vida daquelles que procuram ser os orientadores da opinião publica e os guias ostensivos das collectividades, mistér se faz que ella seja uma implacavel exhumadora do passado, rebuscando-o nos menores detalhes; e, severa nos seus juizos, procure, principalmente, mais que as virtudes, que por si recendem, os erros dos homens e gerações d'antanho afim de que os da presente, mais bem orientados e esclarecidos, não venham nelles lamentavelmente incidir. Dessa maneira comprehendemos a Historia.

A carencia de documentação sufficiente, entretanto, torna impossivel bastas vezes projectar a luz necessaria sobre vultos e factos de um passado não muito remoto, como vae acontecer com a personalidade que agora nos preoccupa.

Assim sendo, o nosso juizo poderá bem ser modificado com o correr do tempo. Difficil nos foi a collecta dos parcos informes que aqui vamos apresentar sobre a movimentada existencia do Tenente-Coronel Costa Barros; dessa sorte não nos será dado esboçar-lhe a biographia com a clareza e desenvolvimento minucioso que merece.

Sabemos ter nascido este distincto brasileiro em Aracaty, no actual Estado do Ceará, aos 7 de Outubro de 1779. Era filho do Mestre de campos, portuguez, Pedro José da Costa Barros, natural da Ponte de Lima, e da pernambucana D. Antonia de Souza, filha de Salvador de Souza Braga e D. Theresa Joaquina, naturaes da ilha de São Miguel dos Açores. Pelo lado paterno, era neto de José da Costa e D. Anna da Rocha, originarios de Ponte de Lima, em Portugal, segundo explana o erudito Dr. Studart.

Dedicou-se desde os verdes annos á nobilitante carreira das armas. Aos 7 de Outubro de 1803 verificou praça no Regimento de Artilharia n.º 1 do reino, sendo promovido a Cabo de esquadra aos 9 de Dezembro do mesmo anno. A 14 de Setembro de 1805 teve as honras de Cadete e, a 30 de Agosto de 1811, foi promovido a 2.º tenente e mandado servir no Regimento de Artilharia de Pernambuco.

No anno seguinte foi promovido a Capitão e, a 17 de Dezembro de 1813, recebeu os galões de Sargento-mór e nomeação para o Regimento de Milicias da sua terra natal. Em 1814, aos 25 de Julho, foi nomeado Commandante do 1.º Batalhão do referido Regimento. De accordo com a Resolução de consulta do Conselho Supremo Militar, de 24 de Julho de 1818, foi transferido no mesmo posto para o Estado-Maior do Exercito. No anno seguinte, a 29 de Julho, foi transferido

para a Brigada Real d'Artilharia de Marinha, assumindo o logar de Ajudante de Ordens do Tenente-General Commandante.

A revolução liberal do Porto, em 1820, determinando a convocação das côrtes em Lisbôa, nas quaes as Capitanias brasileiras deviam ser representadas, veio pôr em notavel destaque o valor e o merecimento de muitos dos nossos compatriotas até então obscurecidos pelo vulto pedantesco e futil dos letras gordas da metropole. Assim é que nas eleições que se realizaram para a representação do Ceará no referido parlamento, apparece na primeira plana o Major Costa Barros (1821). Sem declinar da honra nem fugir á confiança e á sympathia demonstradas por seus patricios no suffragio do seu nome, Costa Barros não tomou assento na cadeira que lhe fora designada, deixando-se ficar no Rio de Janeiro, onde se desenhavam já, nitidamente, os prodromos do nosso movimento emancipador. "Posterguei — declarou elle — estes dois idolos, **o ouro e a representação** só para ter parte nos destinos da minha Patria e servir ás ordens de S. Majestade Imperial por quem tudo troquei". (Informação por elle prestada á Camara dos Deputados, segundo o autor citado).

Como bom militar e patriota acompanhou sempre na estacada, os primeiros successos desenrolados no Rio em favor da independencia nacional, fazendo parte da sociedade secreta "Club da Resistencia".

Segundo os nossos mais abalizados chronistas e historiadores, foi na casa de residencia de um distincto official de Marinha, e fervoroso patriota, o Capitão de Mar e Guerra Domingos de Athayde Moncorvo, á rua dos Andradas (então do Fogo) e Canto de Theophilo Ottoni (no tempo, rua das Violas) que a 4 de Junho de 1821 se installava a Loja Maçonica "Commercio e Artes", a primeira organizada após a tenaz perseguição ás sociedades secretas, determinada pelo assustadiço Ministro Villanova Portugal, por alvará de 1818.

A 24 de Junho dia de São João Baptista, padroeiro da Maçonaria, realizava-se a sessão magna de reabertura com a presença de selecto numero de filiados.

Foi nessa loja, secundada depois pelo "Grande Oriente" que se discutiram e planejaram os primeiros movimentos civicos, que determinariam a nossa feliz, embora tardia, emancipação politica.

O Sargento-mór Costa Barros, inflammado pela chamma patriotica, não podia manter-se estranho áquella caravana de lidadores de um grande e nobre ideal. Filiou-se, como era natural, ás referidas officinas, do mesmo modo que haviam feito

e fariam outros portadores do botão d'ancora, a começar pelo Chefe de Divisão Rodrigo A. de Lamare, Cunha Moreira, etc.

Vemol-o então, desde logo, entre os conspiradores para alcançar de D. Pedro a promessa de permanecer no Brasil desobedecendo á imposição das jactanciosas côrtes, que não olhavam meios para reconduzir-nos á antiga e deprimente condição de Colonia. Quando foi da revolta do despeitado General Avilez, servil criatura daquellas côrtes, logo após o "Fico", o Major Costa Barros, dedicada e efficazmente, auxiliou a resistencia dos seus patricios contra a estupida prepotencia da soldadesca metropolitana.

Aos 23 de Maio, quando o Senado da Camara do Rio de Janeiro tomou conhecimento da representação popular para que o Principe regente convocasse uma Assembléa Geral das Provincias do Brasil, contrapondo-se assim ao Parlamento de Lisboa, Costa Barros é encontrado ao lado de Gonçalves Ledo e outros extremados ultra-liberaes. Nessa occasião tomou elle a palavra, agradecendo ao Principe, em nome de sua Provincia natal, ter acceito o titulo de defensor perpetuo do Brasil protestando ao mesmo tempo a D. Pedro "a mais absoluta lealdade".

A 13 de Julho era satisfeita a vontade popular com a convocação de uma Assembléa Geral Constituinte e Legislativa. A 10 do referido mez reunira-se o Senado da Camara do Rio em vereação extraordinaria, resolvendo, acompanhada de grande concurso popular e de militares, agradecer ao Principe a convocação da Assembléa e de novo prestar juramento de manter a regencia. Presente a esta manifestação esteve o nosso biographado, adherente então á facção ultra-liberal á cuja testa estavam Gonçalves Ledo, o astuto portuguez José Clemente Pereira, e outros. A circular de 17 de Setembro, enviada pelos dois ultimos á Provincia do Rio de Janeiro, para que se exigisse o juramento prévio do futuro imperador á constituição que a Assembléa Constituinte deveria elaborar, determinou grande irritação em José Bonifacio, já estomagado, desde Agosto, com as manobras de Ledo e seus partidarios. "O juramento imperial era — segundo Oliveira Lima — a pedra de toque, do ponto de vista politico, do novo regime, que se ia inaugurar". A 10 de Outubro, José Bonifacio fazia dispersar os maçons que se encaminhavam para o Senado da Camara, afim de deliberarem sobre o juramento prévio de Dom Pedro. Apezar disso, houve vereança e nella o Major Costa Barros "como tradicionalista", propoz e ficou assentado que o juramento se realizasse no dia da coroação do Imperador, que teve logar, como sabemos, a 1.º de Dezembro

em vez de 12 de Outubro, quando foi acclamado. Nesta ultima data o Major Costa Barros foi graduado em Tenente-Coronel.

No dia 25 de Outubro, D. Pedro mandava fechar o "Grande Oriente", dando logar tal resolução á crise ministerial do dia 28, com a retirada dos Andradas e de Pereira da Nobrega. A demissão do "Ministro amado do povo" foi recebida com desagrado geral, vendo-se D. Pedro obrigado a reintegral-o no dia 30.

Houve nesse dia varios disturbios. Medidas diversas foram tomadas, sendo um bom numero de maçons recolhidos a varias fortalezas. Nesse numero encontrava-se o Tenente-Coronel Costa Barros, apontado como um dos instigadores da bernarda. Esteve por isto recolhido durante doze dias á fortaleza de Santa Cruz; e outros tantos mashorqueiros á fortaleza da Conceição. Por fim alcançou a cidade por menagem. Diz o Dr. Fleiuss que, a 20 de Dezembro, foi elle deportado juntamente com Januario da Cunha Barbosa, José Clemente Pereira, Alves Branco e outros para o Havre. Entretanto, o governo mandara abrir rigorosa devassa para conhecer os responsaveis pelos desatinos commettidos.

Neste interim realizavam-se as eleições para a Constituinte, alcançando Costa Bastos ser escolhido por 139 votos, representante de sua terra natal.

Munido do seu diploma, tratou logo de encaminhal-o ao Governo. Installada que foi a Assembléa, em 3 de Maio de 1823, no processo de verificação dos poderes suscitaram-se duvidas a respeito do seu reconhecimento. A sua eleição, todavia, fôra liquida. Envolvido, porém, na devassa já referida, não lhe foi possivel comparecer ás sessões por encontrar-se preso. O padre José Martiniano de Alencar, seu amigo, patricio e collega de bancada, em a sessão de 8 de Maio apresentou uma indicação, afim de que Costa Barros fôsse solto e assim podesse tomar parte nos trabalhos parlamentares, caso sua prisão fôsse apenas preventiva e no caso de se achar pronunciado, fôsse seu processo julgado sem perda de tempo, "por ministros habeis e imparciaes."

Em torno á indicação abriu-se longo e acalorado debate. A 7 de Maio era elle reconhecido deputado e convidado a tomar assento na Camara. No dia 10 respondia que não tendo sido ainda julgado, "não ousava apresentar-se entre os seus irmãos para aprender delles a fazer a felicidade do Imperio", e, ao mesmo tempo, communicava estar soffrendo injusta delonga no julgamento.

Afinal, foi absolvido, tomando posse da sua cadeira a

9 de Julho. "Defendeu-se da accusação constante da devassa — informa-nos A. de Roure — lembrando que não podia conspirar quem fôra o primeiro na Côrte, e felicitar D. Pedro pelo "Fico" e a communicar-lhe que se abstinha de exercer o mandato de deputado ás côrtes de Lisboa para ficar tambem no Brasil".

Tomou parte saliente nos debates sobre o projecto de Constituição. A Assembléa, a 7 de Setembro, primeiro anniversario do grito do Ypiranga, mandou ao Paço uma commissão para felicitar o Imperador. "O orador da commissão, deputado Costa Barros — diz A. de Roure — fez um verdadeiro bestialogico declarando que "o grito que S. Majestade soltou nas margens do Ypiranga retumbou como o estampido do trovão nos dois rios por excellencia Prata e Amazonas, feriu os ouvidos dos nossos oppressores e encheu-os de torpôr e confusão como se ouvissem a trombeta do Anjo da morte"...

Em uma das sessões da Constituinte, como o deputado Silva Lisboa, fizesse veladas insinuações á Maçonaria, Costa Barros tomou a carapuça, retrucando-lhe com petulancia: "... respeito a cabeça do Sr. Silva Lisboa, mas não sou hypocrita, não ajoelho diante dos homens, nem por esse meio pretendo conseguir cousa alguma".

"Torno a repetil-o: cedo ao Sr. Lisboa em cabeça, mas nunca compararei com o delle o meu coração"...

Ao tratar-se da União das Provincias pelo laço federativo, Costa Barros viu nisso grave perigo, pois que "á similhança do ambicioso que se levantou nas aguas do Mediterraneo para perturbar a paz do mundo, outro não podia surgir para aproveitar-se da nossa separação e mais facilmente fazer-nos em pedaços?"

Sem causa justificada deixou de comparecer á sessão de 11 de Novembro de 1823, a chamada **noite da agonia.** Provavelmente encontrava-se entre os facciosos portuguezes comparsas de D. Pedro para desmoralizar a Assembléa. O Imperador no dia seguinte por um inqualificavel acto de prepotencia dissolvia a Constituinte, arrimado ás bayonetas dos mercenarios reinicolas.

"A dissolução da Assembléa — explica-nos perfeitamente A. de Roure — foi a reacção contra o accentuado espirito nativista dos irmãos Andradas, promovida por elementos portuguezes existentes na tropa". "O partido portuguez — confirma R. Pombo — é um partido radical que só tratava de turvar as coisas para impedir que se implantasse a monarchia, cercando com o seu enthusiasmo e assanhos a pessoa principe desencaminhado".

E dizer-se que brasileiros natos houve como Villela Barbosa, Nogueira da Gama e outros que em troca de um lugar no Ministerio, serviram de mesquinhos instrumentos á vesga e torpe vingança lusitana!

A 14 de Novembro Costa Barros, brasileiro tambem, que como deputado recebera o brutal ponta-pé do Imperador, não se pejou de servir de tapa-buraco no ministerio e fomentar com os seus collegas de gabinete o decreto do dia 15, deportando os Andradas e outros ex-companheiros da Constituinte...

Prestado o serviço á vingança imperial e aos portuguezes, foi dispensado do cargo de Ministro da Marinha cinco dias depois. Como premio ao seu lealismo obteve a 1.º de Dezembro o titulo de cavalleiro da ordem imperial do Cruzeiro e, pouco depois, a nomeação para Presidente da Provincia do Ceará.

Costa Barros seguiu para o norte a bordo da charrua **Gentil-Americana**, chegando á Fortaleza aos 14 de Abril de 1824. Em a noite desse mesmo dia empossava-se da administração provincial perante o Conselho presidido pelo Coronel Manuel J. Martins Ribeiro, acto que foi notificado no dia 17, como nos informa o Dr. Studart, profundo conhecedor da historia cearense. Toda a Provincia, entretanto, encontrava-se em tremenda effervescencia politica, determinada em grande parte pela dissolução da Assembléa Constituinte.

"O descontentamento nas Provincias do norte — confessa Cochrane em sua Narrativa" — tinha origem unicamente **no systema de governo anti-brasileiro que no Rio se proseguia"**. "Para afastar a revolução requeriam-se **Presidentes habeis bem versados nos manejos dos negocios publicos**; mas em vez disso a administração havia escolhido, em sua maioria, **homens de um caracter opposto.**

Costa Barros, embora brasileiro nato, identificara-se com o sentimento lusitano, seguindo a facção reinicola chefiada pelo astuto e manhoso J. Clemente Pereira; e, dessa maneira, por um desvio lamentavel de perspectiva politica, consequencia de sua ambição, se havia afastado da rota nacionalista para apoiar D. Pedro e ser amparado ingloriamente pela camarilha cupida, interesseira, derrotista que, então assediava o throno periclitante.

Nessas condições seus comprovincianos, que não lhe haviam negado apoio e sympathias, suffragando seu nome á representação das côrtes lisboetas e á Constituinte, receberam-no com natural frieza, reserva e desconfiança. Era um enviado do throno, creatura de um partido hostil, que trahia a causa e as aspirações liberaes da Nação.

O Commandante das Armas, Coronel José P. Filgueiras, o Tenente-Coronel Tristão G. Alencar Araripe e outros briosos brasileiros, estomagados com o governo central, não acceitaram a autoridade do Tenente-Coronel Costa Barros e, na villa de Aquiraz, hastearam a bandeira da rebeldia. O descontentamento, dia a dia, maior incremento tomava, sentindo o Presidente fugir-lhe o terreno aos pés.

A situação era grave e elle, vendo-se isolado, abandonado, sem prestigio, não poude manter-se mais do que quinze dias á frente do governo de sua Provincia natal. Magnifica lição para esses politicos cupidos e interesseiros que se divorciam dos anceios e aspirações do povo que representam!...

Aos 29 de Abril, Costa Barros resignava o poder, retirando-se para o Rio em companhia do pequeno grupo de correligionarios. Vê-se que era, afinal, umaôca e pretenciosa entidade politica que suppunha ter prestigio, quando apenas valia pelo encosto vacillante, precario, em que se escorava.

Triste exemplo para esses militares, desvirtuados em politicos de fancaria, divorciados por completo de sua classe e, afinal, ludibriados titeres dessas **societas sceleris** que ephemera e periodicamente empolgam o poder e sevam-se impudentemente no thezouro.

Rebentára a guerra civil no Ceará. Em grande reunião popular foi, então, acclamado Presidente da Provincia o prestimoso patriota Tenente-Coronel Tristão Gonçalves de Alencar Araripe.

O Almirante Cochrane, a 18 de Outubro, chegava á Fortaleza, encontrando á frente do governo "o companheiro e preposto" do chefe republicano Araripe, o Tenente-Coronel José Felix de Azevedo e Sá. Em poucos dias, graças a uma amnistia que concedeu, alcançou modificar e normalizar a situação da capital da Provincia e municipios vizinhos e vêr de novo o pavilhão do Imperio fluctuar sobre a cidade.

Araujo e Sá, attrahido de novo aos arraiaes da legalidade, continuou no governo. No dia 31 de Outubro, Araripe, o bravo chefe republicano, era morto em combate em Santa Rosa. Voltou á Provincia relativa tranquillidade.

Cochrane seguiu para o norte, chegando ao Maranhão a 9 de Novembro, onde encontrou á frente do governo Miguel Bruce, outra creatura do partido portuguez, contra o qual se achavam em armas os nacionalistas. Reinava completa anarchia. Ambos os partidos declaravam sustentar o regime imperial, accusando-se mutuamente de quererem implantar a republica.

Diante de tal estado de coisas, o Almirante assumiu o commando militar da Provincia e determinou a deposição das

armas. Só os nacionalistas obedeceram, não acontecendo o mesmo com os partidarios de Bruce, que se aproveitaram disso para tomar vingança. Os patriotas appellaram para Cochrane, afim de fugirem áquelle situação afflictiva. A melhor solução, no parecer do Almirante, seria a suspensão de Miguel Bruce. Este, a 25 de Dezembro, retirava-se do governo e seguia para o Rio, sendo substituido por Manoel Telles da Silva Lobo.

Nesse tempo o Tenente-Coronel Costa Barros regressava da côrte para assumir de novo o governo do Ceará, que recebeu das mãos de Azevedo e Sá, transmutado em "optimo imperialista graças a Cochrane", aos 17 de Dezembro. Não demorou longo tempo na administração, entregando-a a Azevedo e Sá a 13 de Janeiro de 1825.

Aos 5 de Fevereiro apresentava-se elle no Maranhão para onde fôra removido. Dois dias após officiava Costa Barros ao Almirante Cochrane sobre suas tenções de assumir o governo. Estava o Almirante disposto a acceder quando recebeu cartas de Azevedo e Sá prevenindo-o das intenções de Costa Barros e ter tido noticias de que elle não vinha munido de nomeação official. Depois de varias conferencias entre elle e o Almirante, ficou combinado que a posse se daria logo que do Rio chegasse a nomeação. "Barros pareceu acquiescer neste arranjo — informa-nos Cochrane — porém, **sendo bem conhecido partidario da facção portugueza**, em breve se achou rodeado pelos adherentes desse partido no Maranhão. Em 10 de Março, — continua — foi-me remettida pelo partido de Bruce uma serie de allegações contra o presidente interino, mas como eram de natureza a mais insignificante e sem apoio de prova recusei dar-lhes attenção".

Aproveitando-se da ausencia do Almirante a bordo da nau **Pedro I**, os partidarios de Costa Barros pretenderam nessa mesma noite, por um golpe de audacia, mudar o presidente interino e empolgar o governo. Sendo Cochrane sabedor da trama baixou a terra com um destacamento, declarou a lei marcial, intimando Costa Barros a retirar-se da Provincia. Nessas condições embarcou elle, ao meio dia a 13 de Março, a bordo do brigue **Cacique** com destino ao Pará.

Respondendo a carta de Azevedo e Sá, dizia Cochrane: —"Tenho a dar a V. Ex. muitos agradecimentos por sua obrigante carta, informando-me, de antemão, sobre o caracter de um individuo cujos principios e planos eu não tardei a descobrir". "Apenas elle tinha posto pé em terra no Maranhão foi cercado por todos os portuguezes da cidade que exprimiram de maneira não equivoca sua alegria ao vel-o chegar..."

Em outra carta ao governo do Pará, explicava o Almirante: "Os portuguezes e alguns outros tinham combinado collocar a Barros na presidencia, intento que eu, felizmente, frustrei chegando ao Maranhão..."

Aos 18 de Maio de 1825 o Almirante Cochrane deixava para sempre o Brasil. Em Agosto desse anno o "Diario Fluminense" transcrevia uma carta em que explicava a seu modo as prepotencias do Almirante contra o nosso biographado.

O Tenente-Coronel Costa Barros, voltou, então, ao Maranhão, assumindo as redeas do governo provincial aos 13 do referido mez, no qual se manteve durante dezoito mezes. "Nem por isso melhoraram as coisas no Maranhão — diz-nos Godois — pois Costa Barros era homem violento e apaixonado e de caracter em que se não podia confiar... e até, segundo alguns, republicano exaltado que depois se convertendo ao culto imperial chegou a sustentar que o imperador é a fonte de todo o poder... "A consequencia foi o seu governo assignalar-se por violencias de todo genero, no prurido de combater fantasticas revoltas..."

Escreve o historiador Vieira da Silva: — "Posto que Pedro José da Costa Barros, tomando posse da presidencia do Maranhão, logo que o abandonou o famigerado Lord Cochrane, iniciasse uma administração justa e rasoavel, logo porém, ao depois ou assustado com fundamento, ou illudido por falsas denuncias de que se pretendia commetter uma revolução republicana na Provincia, na occasião de se celebrar a festa do Corpo de Deus em 1825, certo é que perseguido com rigor desusado quantos suspeitou de adherentes ao plano sedicioso, prendendo uns e tratando-os com dureza nos carceres, deportando outros, depositando-os a bordo dos navios, onde recommendava fossem privados de communicações e vigiados com severidade, persuadido assim que cumpria com zelo a missão que pelo Governo Imperial lhe fôra confiada". Sobre sua administração no Maranhão assim se refere Rocha Pombo: — "Na antiga Provincia de léste, o presidente Pedro José da Costa Barros reproduzia os desatinos que se praticavam no Pará. Vendo inimigos em toda parte, e temeroso de conspirações imaginarias, applicava todo o seu esforço em perseguir todo mundo que não era dos **fieis como elle**. Via inconfidentes e republicanos em quantos não se lhe recommendassem por expressões e formaes protestos de culto pelo Imperador. As mais innocentes festas de familia para elle, tomavam ás vezes proporções de sacrilegos tramas. Criou assim na Provincia um estado de angustia e pavor tão intoleravel que os povos começaram a bradar para a côrte; e não se sabe dizer que mais graves

successos ali se teriam dado se aquelle homem não se apressasse a deixar o governo."

Ao assumir o governo do Maranhão, diz um dos seus defensores, Costa Barros encontrou no Thesouro provincial apenas réis 200$000. Durante sua gestão, com referencia ao serviço naval, "procurou cuidar que os trabalhos do Arsenal de Marinha não parassem". Nunca o Arsenal foi tão bem fornido e trabalhou tanto. Fez reparar o brigue **Cacique**, cujas obras importaram em treze contos. Quanto á instrucção publica proveu varios professores, criando aulas de geographia, rhetorica, francez e mathematica. Augmentou o Batalhão de Caçadores estacionado na capital, bem como a policia local. Reformou o Theatro de S. Luiz.

Em razão de seus temores e do agudo lealismo que o empolgavam, prendeu a bordo do brigue **Cacique** e da escuna **Leopoldina** varios conspiradores republicanos e alguns militares que assoalhavam noticias derrotistas, a respeito do levante da Cisplatina e da guerra do Rio da Prata, e pregavam doutrinas subversivas e favoraveis aos argentinos.

Em 1826 a despesa da Provincia foi orçada em 358 contos; entretanto, muito pouco poude fazer. Tendo sido eleito, nesse mesmo anno, Senador pelo Ceará, entregou o governo do Maranhão ao Vice-Presidente Bernardo Franco de Sá e o commando das armas ao Conde de Escragnolle.

Atacado por ter recebido de amigos e correligionarios um crachá de Commendador da Ordem de Avis cravejado de brilhantes, procurou defender-se, dizendo que Lord Cochrane tambem havia recebido do Coronel Simplicio, da Parahyba, uma espada cravejada de pedras preciosas no valor de 15.000 cruzados.

Em Abril do mesmo anno apresentou-se á Imperial Brigada de Artilharia de Marinha. A 3 de Maio de 1827 apparecia na imprensa do Rio um outro artigo contra os desmandos do nosso biographado, "ex-Presidente, Senador e eloquente poeta".

Em carta do Maranhão de 25 de Julho do referido anno, publicada na "Astréa" lê-se: — "Desde que poz pé nesta Provincia o execrando Barros, parece que o céo o amaldiçoou, e permittiu que elle trouxesse para cá todos os flagellos que feriam o infeliz Ceará: a fome, a secca e o despotismo ali aprendido com as Commissões militares, tem sido a partilha do Maranhão". Atacava ainda a mesma carta o "Presidente, nascido no Brasil para damno do Brasil..." e do "partido formado por Barros, de guerra declarada contra todos que têm sentimentos brasileiros..." Em 1828 appareceu um folheto de-

fendendo a sua administração, escripto por um cavalheiro T. C. de R. (de Rocca ?), sob o titulo — "Acontecimento memoravel ou defesa do illustre Senador Pedro José da Costa Barros, ex-Presidente da Provincia do Maranhão" — impresso na typographia imperial de P. Plancher. A Bibliotheca Nacional possue delle um exemplar, e quem tiver a curiosidade de consultal-o vel-o-há catalogado sob as seguintes indicações: 318, 5, 2, n. 16.

A 8 de Abril de 1828 o nosso biographado passou a aggregado ao Estado-Maior do Corpo de Artilharia de Marinha.

Em 1831, com a abdicação, appareceu uma petição de varios patriotas ao Governo afim de que fossem expulsos do territorio nacional como inimigos da Patria cerca de 80 individuos entre portuguezes e brasileiros. No numero destes figurava Costa Barros, que sempre vimos muito apegado ao throno e ao partido portuguez. Por aviso do Ministro da Guerra de 13 de Fevereiro de 1832 passou elle para o terceira classe do Exercito no posto de Tenente-Coronel.

Desejando Costa Barros adquirir um nobre predio na rua da Ajuda, o proprietario delle procurou tomar informações "aonde teria havido o comprador tão avultada somma" (attento á sua carreira militar e o posto que tinha), lemos em um periodico da época.

O Tenente-Coronel Pedro José da Costa Barros, Senador do Imperio, falleceu nesta cidade do Rio de Janeiro, contando 60 annos de idade, a 20 de Outubro de 1839, sendo sepultado na igreja da Santa Cruz dos Militares.

Tenho procurado em vão o seu retrato, que não figura na galeria dos Ministros da Marinha do nosso Museu Naval.